

Assembleia Geral

PÁGINA 7



Categoria ampla e aprova a pauta de reivindicações

Mesa de Negociação

PÁGINA 6



Entidades e TJ reunidos: plano de saúde e Plano de Cargos

Central de Mandados

PÁGINA 8



Oficiais de justiça discutem a implementação na Baixada Santista

Vale do Ribeira

PÁGINA 5



Assojubs marca presença nas comarcas de Registro e Iguape

Campanha Contra o Assédio Moral

PÁGINA 3

Sindical

PÁGINA 4

Programação

PÁGINA 11

Assojubs distribui cartilha informativa sobre a prática



Parte 2: História de luta da classe trabalhadora

As atividades esportivas, culturais e de lazer da associação

Diretores regionais

PÁGINA 3

Quem são e onde estão os nossos representantes

Editorial

Aspectos da conjuntura e nossas lutas

Na Europa e EUA

A crise econômica e social mundial continua se aprofundando na Europa como um todo e ações antissociais são tomadas: cortes nas verbas públicas destinadas aos serviços essenciais, além do desemprego, redução de salários e retirada de vários direitos dos trabalhadores. Essas medidas vêm sendo aplicadas pelos governos como forma de conter a crise do capital, sem sucesso até agora. O setor da educação é um dos que mais vêm sofrendo com as políticas de 'austeridade', o que tem gerado reação em várias partes do continente, levando a população e trabalhadores a se manifestarem em atos, greves gerais e passeatas com constantes confrontos com a polícia.

Na Espanha, por exemplo, o índice de desemprego chegou a 27%, o maior da história daquele país. Na Grécia, por pressão dos bancos e empresas credoras, através do FMI (Fundo Monetário Internacional), do Banco Mundial e da UE (União Europeia), que emprestaram dinheiro ao governo e querem receber as parcelas, o Parlamento aprovou a demissão em massa de servidores públicos, sendo que neste ano serão quatro mil demissões, e a meta é chegar a 15.500 no próximo ano. Olha em que ponto chegou a crise do sistema. Nos EUA, a recuperação está lenta, o desemprego continua alto e ocorre um protecionismo de seus produtos para evitar as importações.

No Brasil

Essa situação já está refletindo no Brasil. Os problemas estruturais crescem, a diminuição das exportações e aumento das importações geram uma dificuldade de recuperação. Nos últimos anos de governos

neoliberais (Collor, Itamar, FHC, Lula e Dilma), o país se desindustrializou, aumentou a dependência tecnológica, ocorreu maior concentração das riquezas e aprofundou o abismo das desigualdades sociais. A Economia capitalista mostra sinais de fraqueza, o PIB de 2012 subiu apenas 0,9%, que foi o menor entre os chamados Brics (Brasil, 0,9%; Rússia, 3,4%; Índia, 5%; China, 7,8%; África do Sul, 2,5%), a inflação aumentou, a previsão para este ano é de 4,5%, porém, só para alimentos e bebidas a média dos últimos 12 meses já está em 7,35%, conforme medidas feitas pela FGV (Fundação Getúlio Vargas).

Ou seja, a inflação é maior para os produtos básicos, afetando mais a classe trabalhadora, vejam os exemplos do feijão e do tomate. Isso acontece apesar da propaganda do Governo Federal afirmar que aumentou o número de pessoas que eles tentam chamar de classe média, mas que, na verdade, são famílias que fazem parte do proletariado, das quais os adultos tiveram uma melhora, sim, encontraram um trabalho um pouco mais fixo, uma exploração mais contínua.

Medidas de incentivo ao grande Capital

Mesmo com as medidas do Governo Federal para salvar as empresas e bancos, como a desoneração das folhas de pagamento, o corte nos tributos e impostos e os empréstimos do BNDES, os preços e os juros não caíram, aumentando a inflação, pois os empresários não repassam esses cortes e descontos para os produtos finais. Resultado: a população consome menos, o desemprego tende a aumentar, a arrecadação da previdência diminui (já que os padrões estão recolhendo

menos) e, conseqüentemente, a tendência é que aumentem as pressões para baixar as pensões, aposentadorias e salários. Ao mesmo tempo, a precarização, terceirização e privatização dos serviços públicos ocorrem a todo momento, veja as tentativas do governo de Geraldo Alckmin (PSDB) de implantar as Parcerias Público-Privadas (PPPs) no Iamspe (Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual), a criação do SPPREV, do fundo privado de previdência estadual SP Prevcom (Lei 14.653 de 2011), a exemplo do Funpresp para os servidores federais (Lei 12.618 de 2012).

Por outro lado, muitos trabalhadores, principalmente do serviço público que ganham um pouco melhor são obrigados a migrarem para previdência e saúde privadas, que também, na média, tem um péssimo atendimento e acabam reduzindo seu poder aquisitivo. Mas, a grande maioria fica aguardando meses e anos nas filas do SUS (Sistema Único de Saúde) e hospitais públicos para passarem pelos exames médicos, tornando-se uma mão de obra e seres humanos descartáveis.

Ao mostrarmos esse quadro econômico não significa que somos pessimistas, ao contrário, queremos contribuir para que nosso leitor, trabalhador do judiciário, enxergue a realidade como ela é, coisa que no dia a dia todos já sentem, e, com isso, possam entender mais a importância da luta, do momento, em que temos que avançar e manter as conquistas alcançadas até agora na gestão de Ivan Sartori, como já foi falado em nossas matérias, o qual tem como obrigação, cumprir seu mandato e fazer uma boa administração na direção do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

ESPAÇO DO LEITOR

Este é um espaço dedicado aos leitores de "O Processo" para que se expressem de diferentes formas, seja através de opiniões, poesias e crônicas.

Faça parte do nosso informativo, escreva para faleconosco@assojubs.com.br ou entregue seu material junto à Diretoria de Comunicação.



E X P E D I E N T E



Diretoria
Alexandre dos Santos - presidente
Luiz Tadeu Milto - vice-presidente
Rosângela dos Santos - secretária geral
Silvio José Realle - tesoureiro
Michel Iorio Gonçalves - 1º secretário
Laércio Armesto - 1º tesoureiro
Nicolas Madureira Barbosa - diretor jurídico
Luís Fabiano Mendes - diretor de planejamento e infraestrutura
José Carlos de Almeida - diretor de comunicações
Paulo Ferreira Luz - diretor de organização política e sindical
Mário Augusto Bernardes - diretor de convênios
Eduardo Alexandre Teixeira Requejo - diretor de esportes
Solange Martins de Oliveira Fernandes - diretora social e cultural

Conselho
Adelson Pereira Gaspar
Paulo Afonso Filgueiras Júnior
Gisele Alonso
Paulo Sampaio Mercadante Filho
Alessandro Muniz Barreto

Redação
Camila Marques, José Carlos de Almeida,
Luiz Milto, Silvio Realle e Rosângela dos Santos
Jornalista responsável:
Camila Marques MTB 34.448
Diagramação: www.cassiobueno.com.br
Impressão: Gráfica Diário do Litoral -
Tiragem: 7 mil exemplares

Associação de Base dos Trabalhadores do Judiciário do Estado de São Paulo - Assojubs
Assojubs Santos -
Av. São Francisco, 276/278, Centro,
Fone: 3223-2377 - 3223-5278
Assojubs São Vicente -
Rua Campos de Bury, 18, sala 11,
Parque Bitaru, Fone: (13) 3468-2665
Assojubs São Paulo - Rua da Glória, 152, Cj. 42,
Liberdade, Fone: (11) 3101-6085



EDITAL

O Presidente da ASSOCIAÇÃO DE BASE DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO - ASSOJUBS, Alexandre dos Santos, no uso de suas atribuições estatutárias, faz saber a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que DESIGNA O DIA 28 DE MAIO DE 2013 PARA REALIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012, DE ACORDO COM OS ARTIGOS 24 E 25 DO ESTATUTO SOCIAL VIGENTE, no Auditório da Assojubs, sito à Av. São Francisco nº 276/278, primeiro piso, às 19:00 horas, em 1ª convocação, sendo necessário o quorum mínimo de metade mais um dos associados quites com a Tesouraria para abertura da Assembleia, para deliberar sobre a ordem do dia acima descrita. No caso de não haver quorum mínimo dos associados em 1ª convocação, será feita a 2ª convocação às 19:30 horas, onde então será declarada aberta a Assembleia com qualquer número de associados, bastando a maioria simples dos votos dos associados presentes para as aprovações da pauta descrita.

Santos, 29 de abril de 2013.

**ALEXANDRE DOS SANTOS
PRESIDENTE**

Cartilha

**Assojubs na Campanha
Contra o Assédio Moral**

A Assojubs vem participando da Campanha Contra o Assédio Moral no Judiciário Paulista e alertando os trabalhadores com a distribuição de uma cartilha informativa que serve como instrumento de conscientização, prevenção e combate à prática - há tempos aplicada por significativa parte das direções e chefias dentro das diversas estruturas e unidades existentes no Tribunal de Justiça em todo Estado.

A Cartilha "Assédio Moral no Judiciário Estadual-SP" é um projeto que visa orientar os servidores como agir perante a prática no cotidiano de suas funções. Ela foi elaborada pela Comissão de Trabalhadores pertencentes ao Comando da Base/Judiciários de São Paulo em conjunto com a Assojubs e mais 11 entidades

representativas da categoria.

O assédio moral é uma prática nefasta de "gestão", torna os ambientes de trabalho desagradáveis e insuportáveis, prejudicando a própria atividade jurisdicional e - principalmente - afetando a saúde física

e psíquica dos funcionários que sofrem o assédio.

"A exposição dos trabalhadores a situações humilhantes e constrangedoras com palavras, atos, gestos e comportamentos repetitivos e prolongados durante a jornada

de trabalho, e no exercício de suas funções, é o que, de modo geral, caracteriza a prática do assédio moral". Esta definição está na Cartilha, que também pode ser visualizada no site da associação: www.asojubs.org.br.



Quem Somos

Diretores regionais para atendimento aos associados

A Assojubs, além de sua Diretoria e Conselho Deliberativo, mantém um grupo de representantes em diferentes comarcas do Estado para o atendimento aos associados, e servidores em geral, prestar esclarecimentos sobre o trabalho da associação e os assuntos pertinentes à categoria, bem como acompanhar os

anseios de cada localidade e tentar resolvê-los.

Os denominados diretores regionais, em acordo com o novo Estatuto Social da associação, podem ser encontrados para quaisquer demandas nas comarcas de Guarujá, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém,

Suzano, Mogi das Cruzes, Registro e Ilhabela.

São eles os servidores: João Paulo Pedroso Ide (Juizado Especial Cível de Guarujá), Sidnei Dalla Marta Fernandes (2º Cível de Praia Grande), Maria de Fátima Araújo Moreira Mota (Juizado Especial Cível de Mongaguá),

Fabiana da Silva Yaia Melo (Juizado Especial Cível de Itanhaém), Vera Lucia Ferreira (3º Cível de Suzano), Vanderleia Silva de Moura (Central de Mandados de Mogi das Cruzes), Valdir Ribeiro Alves (Seção da Administração de Registro) e Renato Sacciotto Dias (Execução Fiscal de Ilhabela).



João Paulo Guarujá



Sidnei Dalla Praia Grande



Maria de Fátima Mongaguá



Fabiana da Silva Itanhaém



Vera Lucia Suzano



Vanderlea Silva Mogi das Cruzes



Valdir Ribeiro Registro



Renato Sacciotto Ilhabela

Sindical

História de luta da classe trabalhadora (parte 2)

Por Paulo Ferreira Luz

Nesta edição de “O Processo”, um novo capítulo da luta da classe trabalhadora no Brasil, que marca o início do chamado “Sindicalismo Libertário”, compreendendo o período cronológico de 1905 a 1919.

No calendário das grandes lutas do passado, destaca-se o ano de 1906, o qual foi marcado por uma greve pela redução da jornada de trabalho iniciado pelos trabalhadores da ferrovia Santos-Jundiaí e assumido pela Federação Operária de São Paulo, obtendo ampla adesão de outras categorias.

Com o crescimento da greve, o Governo Federal interveio mandando um cruzador para o Porto de Santos e colocando o Exército em prontidão. Em Jundiaí, ocorreram choques entre operários e a força pública, um soldado e dois trabalhadores morreram neste conflito, cujo resultado dessa greve foi a conquista, depois de alguns meses, da jornada de oito horas de trabalho para diversas categorias.

Em maio de 1907, os metalúrgicos de São Paulo iniciaram uma nova greve que acabou assumindo o caráter de greve geral, e logo se espalhou por outras categorias e pelo Interior, inclusive por outros estados, e só foi encerrada em 15 de junho daquele ano com nova vitória parcial e a ampliação das 48 horas semanais para inúmeras empresas. Com a criação de leis repressivas, especialmente a que permitia a expulsão do país por motivos políticos, de trabalhadores imigrantes, a articulação de luta dos operários atravessou momentos de estagnação e várias organizações criadas a partir de então não conseguiram sobreviver.

Em junho de 1917, São Paulo foi palco novamente de uma grande greve, que após um mês atingiria 15 mil

“*A Catedral da Sé, então em construção, serviu de trincheira para os trabalhadores que lutavam contra a polícia.*”

trabalhadores de diversas categorias, e mais uma vez a força pública interveio lançando cavalos e soldados contra uma passeata dos trabalhadores, culminando com a morte do operário sapateiro Antonio Martinez.

Com a morte do operário, a greve se tornou geral envolvendo 45 mil trabalhadores, praticamente todo o contingente de São Paulo. Com o crescimento da revolta dos operários, a Cidade se tornou uma verdadeira praça de guerra e a Catedral da Sé, então em construção, serviu de trincheira para os trabalhadores que lutavam contra a polícia. Diante da situação, o governo convocou as tropas do Interior e sete mil milicianos ocuparam a Cidade.

O ministro da Marinha enviou dois navios de guerra para o Porto de Santos e a repressão era total sobre os trabalhadores. Finalmente, após muitas negociações intermediadas por um comitê de jornalistas, chegou-se a um acordo que garantia um aumento salarial de 20%, a libertação dos presos e o respeito a vários direitos dos operários.

A próxima edição de “O Processo” dá continuidade à história dos movimentos que marcaram o início do século XX.

Paulo Ferreira Luz, escrevente técnico judiciário da Comarca de Itanhaém e diretor de Organização Política e Sindical da Assojubs

Ato em Brasília

Assojubs participa de mais um Encontro dos Servidores Públicos Ativos, Aposentados e Pensionistas pela aprovação da PEC 555/2006

Em mais um Encontro dos Servidores Públicos Ativos, Aposentados e Pensionistas, realizado no dia 20 de março, em Brasília, a Assojubs marcou presença, representada dessa vez por Mário Augusto Bernardes, diretor de Convênios, Eduardo Requejo, diretor de Esportes, e Sônia Maria Silva, do Núcleo de Oficiais de justiça da associação.

O Encontro, promovido pelo Instituto Mosap (Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas) com apoio da Frente Nacional São Paulo em Defesa da Previdência Social Pública, foi um novo ato do funcionalismo pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 555/2006.

Aposentados, pensionistas e ser-

vidores em atividade estiveram no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, para pedir a votação da PEC 555/06, que põe fim à contribuição previdenciária de 11% sobre o benefício de inativos que excede o teto do INSS de R\$ 3.916,00. Pela proposta, a diminuição do valor seria de 20% a cada ano, a partir dos 60 anos, e só deixaria de ser cobrada depois dos 65.

Para o presidente do Mosap, Edison Houbert, não deixa de ser um ponto de partida, pois, depois de aprovada, pode-se tentar outras medidas para chegar ao objetivo que é extinguir com a contribuição.

A proposta já foi aprovada na Comissão Especial e está pronta para votação em Plenário, mas ainda não há acordo para aprovação do texto.



Os diretores Mário Augusto e Eduardo Requejo com a associada Sônia Maria

Aposentados, pensionistas e servidores em atividade na Câmara dos Deputados



Comarcas

Representantes da Assojubs visitam o Fórum de Iguape



Rosângela dos Santos, a juíza diretora Renata Carolina, Alexandre dos Santos e Sérgio Crochemore

Em 12 de abril, representantes da Assojubs fizeram uma visita à Comarca de Iguape, que fica no Vale do Ribeira, sul do Estado de São Paulo. A ida ao fórum do município foi visando atender algumas demandas locais e esclarecer dúvidas relacionadas à categoria.

Durante a passagem da Assojubs

pela Comarca foi promovida a Campanha Contra o Assédio Moral, com a distribuição da Cartilha informativa sobre a prática aos servidores, e a divulgação do jornal "O Processo", que aborda o trabalho desenvolvido pela associação e temas de interesse da categoria.

Também foram passados informes

aos servidores a respeito da Campanha Salarial 2013, das negociações com o Tribunal de Justiça e em relação à saúde do trabalhador devido à falta de estrutura do Iamspe (Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual) na região, além de explicações sobre a implementação da Central de Mandados e ações jurídicas.

A ocasião ainda reservou um breve contato dos representantes da Assojubs, Alexandre dos Santos (presidente), Rosângela dos Santos (secretária geral) e Sérgio Crochemore (suplente e integrante do Núcleo de Oficiais de Justiça da associação) com a juíza diretora da Comarca, Renata Carolina Casimiro Braga.

Associação marca presença na passagem de Sartori por Registro

A Assojubs, representada por Alexandre dos Santos, presidente, Rosângela dos Santos, secretária geral, Silvio Realle, diretor de Tesouraria, e Sérgio Crochemore, suplente e integrante do Núcleo de Oficiais de Justiça da associação, na tarde do dia 8 de março, marcou presença na reunião do projeto Administração Participativa, realizada pela Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em Registro.

Por cerca de 45 minutos, o presidente do TJ-SP, desembargador Ivan Ricardo Garísio Sartori, explanou aos servidores presentes, exaltando o cumprimento da data-base, a contratação de 3.200 funcionários mediante os concursos em andamento (um número bem abaixo da quantidade de cargos vagos) e a sequência do pagamento de atrasados (férias e licenças-prêmio).

Além disso, Sartori falou sobre o projeto de revisão em andamento do Plano de Cargos e Carreiras (PCC) e o desvio de função. De acordo com o presidente, a Constituição Federal não permite que sejam feitos concursos internos para a mudança de carreira, o que sanaria o



Sartori e os integrantes da associação durante o projeto Administração Participativa

problema. Então, a possibilidade seria a de compensação financeira, mas nada viável no momento.

A implementação do plano de saúde aos servidores foi outro assunto abordado por Sartori. Essa é uma ideia da Presidência apresentada pelo TJ na última reunião com os representantes da categoria (4/3), mas que, apesar de dispor de um termo de referência para lan-

çamento do edital de contratação, ainda não teve andamento.

Sobre o assunto, Alexandre dos Santos, presidente da Assojubs, se manifestou no breve momento que o microfone permaneceu à disposição dos servidores e explicou que as entidades não são contrárias à aplicação do benefício aos trabalhadores, mas que há receio a respeito dos problemas que a categoria possa ter,



A manifestação do presidente da Assojubs na reunião

pois a pretensão seria dispor do plano de saúde somente aos judiciários em atividade.

Essa proposta já foi discutida com a categoria e é item da pauta de reivindicações aprovada na Assembleia Estadual ocorrida em 13 de março. A deliberação dos trabalhadores foi pela majoração do auxílio saúde, em vez do plano, entendendo ser essa a melhor opção, pois assim irão evitar divergências com a escolha de determinada operadora, a cobertura nas diversas cidades do Estado e a garantia de extensão aos inativos, dependentes e agregados.

Continuidade nas negociações

Representantes dos servidores e TJ discutem a proposta sobre o plano de saúde

Desde o anúncio do pagamento da reposição salarial, em 4 de março, entidades representativas dos servidores e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo estiveram reunidas mais duas vezes, encontros referentes às discussões sobre a proposta de implementação do plano de saúde para a categoria, apresentada pela Presidência, e a revisão do Plano de Cargos e Carreiras (PCC).

Em um encontro no prédio do TJ-SP da Rua Bela Cintra, na Capital, no dia 15 de março, da Assojubs e demais entidades com a secretária da Área da Saúde, Mariângela Maluf Lagoa, o secretário da Presidência, Kauy Carlos Lopérgolo de Aguiar, o secretário de Abastecimento, Eduardo Roberto Alcântara, o chefe de Gabinete da Presidência, Tarcísio dos Santos, e a diretora de Assistência e Promoção da Saúde, Márcia Regina Ribeiro, a pauta foi o plano de saúde.

De acordo com as informações prestadas pelo Tribunal na reunião, a possibilidade de concessão do benefício, ainda em estudo, trata-se de um plano básico de assistência médica (hospital e ambulatorial) aos servidores em atividade, ficando a critério - e custeio - dos trabalhadores migrarem para o interme-

diário ou superior e também a inclusão de dependentes - o que igualmente será arcado por eles. Os inativos não seriam contemplados, mas teriam o auxílio saúde mantido - atualmente no valor de R\$ 66,00.

Segundo o TJ, se chegou à conclusão da proposta do plano de saúde por meio de uma enquete feita entre os servidores pela rede interna de computadores do Órgão e pelo Diário de Justiça Eletrônico (DJE), realizada nos meses de fevereiro e março de 2012.

Mas, diferentemente dessa pesquisa apresentada pelo Tribunal, a categoria, durante a Assembleia Geral de 13 de março, na Praça João Mendes, aprovou a majoração do auxílio saúde em vez do plano, pois entende ser a melhor opção, já que irão evitar problemas com a escolha de determinada operadora, a cobertura nas diversas cidades do Estado e a garantia de extensão aos inativos, dependentes e agregados.

E as entidades argumentaram que também fizeram uma pesquisa pelos cartórios de diversas comarcas, com esclarecimentos de como se daria a implementação do plano, e o resultado foi pela majoração do auxílio saúde. Deliberado em Assembleia, foi aprovado o

valor de R\$ 400,00 para o titular e 50% por dependente.

Apesar da discussão, os representantes do TJ ressaltaram que está sendo feito um levantamento sobre a questão financeira para o benefício. Segundo Tarcísio dos Santos, o Tribunal estuda a possibilidade de utilizar a verba do Fundo Especial de Despesa: “Tem essa válvula de escape”.

Ainda incerta a viabilidade da proposta, os representantes dos servidores explicaram que o conceito sobre saúde é amplo, pois não se trata apenas de ir ao médico quando se está doente, mas, sim, de qualidade de vida, de cuidado e prevenção. Os dirigentes ressaltaram que suas dúvidas são pertinentes porque o adoecimento dos servidores é evidente no TJ, o que acaba refletindo na prestação de serviço à população.

Ao final da discussão, Mariângela Maluf Lagoa e Kauy Carlos Lopérgolo de Aguiar afirmaram que o assunto seria levado ao presidente do Tribunal e não descartaram a hipótese de uma nova pesquisa entre os servidores a respeito do tema. Outra reunião ficou de ser agendada para dar seguimento ao debate sobre o plano de saúde, o que até o momento não ocorreu.



No primeiro encontro entre entidades e TJ desde a reposição salarial, a pauta foi o plano de saúde, posteriormente a revisão no texto do Plano de Cargos e Carreiras (PCC).



Em reunião com entidades, Tribunal apresenta revisão do PCC

E na tarde do dia 4 de abril, no Palácio da Justiça, na Capital, a reunião entre a Assojubs, demais representantes dos servidores e o Tribunal de Justiça teve como foco a discussão sobre a revisão no texto do Plano de Cargos e Carreiras (PCC) da categoria.

A apresentação, feita por Silvana Amneris Rolo Pereira Borges e Marcus Vinicius, juizes assessores, Tarcísio dos Santos, chefe de Gabinete da Presidência, e Lilian Salvador, da Secretaria de Recursos Humanos, propôs, inicialmente, duas alterações no PCC.

A primeira mudança é sobre a avaliação de desempenho, que, pelo texto atual, é bienal e passaria a ser anual. A outra proposta feita pelo TJ diz respeito à instituição do Adicional de Qualificação “em razão dos conhecimentos adquiridos em ações de treinamento, de títulos, diplomas ou certificados de cursos de graduação e pós-graduação em áreas de interesse dos órgãos do Poder Judiciário”.

Além disso, o TJ informou que está finalizando a revisão da tabela de escala de vencimentos, Lei Complementar 1111/10, e assim que concluir tal pro-

cesso, encaminhará às entidades para posterior discussão desse item - e de outras propostas - e retornar o debate com o Órgão.

A comissão de servidores presentes à reunião contou com as presenças de Alexandre dos Santos (presidente da Assojubs), Hugo Coviello (Sintrajus), José Gozze (Assetj), Diógenes Marcelino (Fespesp), Marcos Leite Penteadado (Apatej), Yvone Barreiros (Aojesp), Vilma (AASPTJ-SP), Maurício Queirós (Affocos) e Adolfo Benedeti (Assojuris).

discutem saúde



de TJ desde o anúncio do pagamento da reposição e, posteriormente, o debate teve como foco a Cargos e Carreiras (PCC) da categoria



Campanha Salarial

Em Assembleia Geral, categoria amplia e aprova a pauta reivindicatória

O pagamento da reposição não inibiu os trabalhadores do Judiciário Paulista de comparecerem, na tarde do dia 13 de março, à Assembleia Geral da categoria, convocada pelo conjunto das entidades representativas, do qual faz parte a Assojubs, e realizada na Praça João Mendes, região central de São Paulo.

Representando mais de 70 comarcas do Estado, cerca de 300 servidores estiveram reunidos para aprovar, de forma unânime, a pauta reivindicatória da categoria, definir bandeiras de luta pela Campanha Salarial 2013 e, em especial, a discussão sobre o plano de saúde, proposto pelo Tribunal de Justiça na reunião de 4 de março com as entidades.

Em relação ao item, os servidores votaram pela majoração do auxílio saúde, em vez do plano, entendendo ser essa a melhor opção, pois assim irão evitar problemas com a escolha de determinada operadora e a cobertura nas diversas cidades do Estado, além da garantia de extensão aos inativos, dependentes e agregados.

Lembrando que as reivindicações da categoria vão além da questão salarial, sem falar que as perdas inflacionárias tem um índice bem maior que apenas o percentual de 6,5% pago pelo TJ, a categoria, para mostrar que segue mobilizada, marcou presença na Assembleia, comprovando que trabalhadores em unidade podem conquistar mais!

“Vejo aqui na Praça, como sempre, os mesmos companheiros de luta, e são aqueles que realmente representam a categoria. Podemos não ter grande quantidade como em outros momentos, mas temos qualidade!”, destacou o presidente da Assojubs, Alexandre dos Santos

Reforçando a luta dos trabalhadores, a Assembleia contou com o apoio do deputado estadual Olímpio Gomes (PDT), reiterando o apoio para que os servidores tenham seus direitos respeitados e obtenham novas conquistas junto ao TJ.



Mais de 70 comarcas do Estado, cerca de 300 servidores, estiveram reunidos na Assembleia Geral

Posteriormente à Assembleia, no dia 15, as entidades representativas finalizaram a redação da pauta reivindicatória - com a inserção de alguns itens específicos aprovados - e protocolaram junto à Presidência do Tribunal.

Os itens específicos são os seguintes:

28) Criação do cargo de escrivão I nas unidades da administração geral das comarcas.

29) Criação de gratificação especial judiciária para equiparação dos salários de agente administrativo judiciário (auxiliar judiciário VI), agente de serviço judiciário (auxiliar judiciário I), agente operacional judiciário (auxiliar judiciário II) e agente administrativo judiciário (auxiliar judiciário III, IV e V) que se encontram ou estiveram em desvio de função.

30) Pagamento de adicional de insalubridade, periculosidade e penosidade para cargos, funções e atividades que impliquem em risco à saúde e segurança do servidor.

31) Estabelecimento de programas de supervisão e capacitação aos servidores.

32) Comissões paritárias, com representantes dos trabalhadores e do Tribunal de Justiça, para solução de proble-

mas relativos aos diversos segmentos existentes no Tribunal, entre outros:

a) Oficiais de Justiça; b) Agentes de Segurança; c) Assistentes Sociais e Psicólogos; d) Escreventes; e) Agentes; f) Contadores; g) Escrivães; h) Estagiários.

33) Fim da livre nomeação para os cargos de chefia, criação de concurso interno com critérios objetivos.

34) Fim do “cartorão”. Fim da criação de novas varas sem que haja funcionários suficientes para o seu funcionamento, designados e lotados exclusivamente para as novas varas.

35) Instituição, por parte da presidência do TJSP, de políticas visando orientar os serviços de fiscalização e vigilância terceirizados nos prédios dos fóruns para impedir que continue havendo revistas em servidores.

36) Equiparação salarial dos Assistentes Sociais e Psicólogos - através de Gratificação Judiciária - com os peritos da área de saúde do pessoal do TJSP, como médicos e enfermeiros.

37) Gestão do TJSP para garantir a aprovação dos PL's dos Assistentes Sociais e Psicólogos para regularização da jornada de trabalho de 30 horas sem redução de salários.

Oficiais de Justiça

A implementação da Central de Mandados

Desde 2009, a Central de Mandados é um tema que integra as discussões promovidas pelo Núcleo de Oficiais de Justiça da Assojubs. E apesar do fortalecido debate, somente agora sua implementação, uma determinação da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo por meio da Secretaria de Primeira Instância (SPI), se faz presente no cotidiano destes servidores na Baixada Santista.

A primeira informação a respeito da implementação nas comarcas da região aconteceu no dia 1 de abril com o Encontro Para Planejamento das Centrais de Mandados, promovido pela SPI e direcionado aos oficiais de justiça e dire-

tores das unidades cartorárias da 7ª Região Administrativa Judiciária (RAJ).

O Encontro foi interativo, viabilizado diretamente do Fórum João Mendes, na Capital, por transmissão pela internet ao vivo para as comarcas da 7ª RAJ, por meio do sistema de Ensino à Distância (EAD). Em Santos, o Encontro aconteceu no prédio Central, no Salão do Júri.

Os responsáveis pela apresentação foram Renata de Oliveira Germano e Clóvis Ribeiro da Cruz, coordenadores da SPI, que falaram da obrigatoriedade da implementação das Centrais de Mandado conferida no Provimento 34/2012, publicação revisada divulgada no Diário da Justiça Eletrônico (DJE) de 22 de



Oficiais de justiça reunidos para o debate sobre a Central de Mandados

novembro, que dispõe da Seção Administrativa de Distribuição de Mandados (SADM).

Segundo os representantes do TJ, a Central de Mandados necessita de sala com capacidade para comportar 1/4 dos oficiais de justiça da comarca que a receberá. Santos, por exemplo, possui 212 oficiais de justiça e o ambiente da seção deverá acolher, então, 53 funcionários.

Das perguntas elaboradas pelos ofi-

ciais de justiça que assistiram a apresentação, respostas como: será uma central única, haverá a continuidade do comarcão e a extinção do plantão do oficial de justiça diante das salas de audiências.

Dia 27 de maio é a data prevista para a instalação da Central de Mandados nas comarcas de Santos, São Vicente e Praia Grande. E 17 de junho é a previsão para Guarujá, Mongaguá e Cubatão.

O trabalho de organização em Santos e região

O zoneamento de cada comarca, de acordo com os esclarecimentos prestados pelos coordenadores da Secretaria de Primeira Instância (SPI) durante o Encontro Para Planejamento das Centrais de Mandados, cabe aos servidores da função devidamente organizados para esse fim.

Sendo assim, para ampliar a discussão, o Núcleo de Oficiais de Justiça da Assojubs deu início a uma série de reuniões no intuito de elucidar dúvidas e trocar conhecimentos através dos relatos de colegas que já trabalham com a Central de Mandados, como ocorreu em 8 de abril, no Salão do Júri do Fórum de Santos, com as presenças de Catarina Lutfi Morgado, Eliana Maria dos Santos e Luiz Milito, vice-presidente da associação.

Muitas questões surgiram no decorrer da reunião e os representantes das comarcas presentes - Santos, São Vicente, Praia Grande, Guarujá e Cubatão - expuseram suas formas de organização para se adequar à chegada das Centrais de Mandados.

Dessas reuniões organizadas pelo Núcleo de Oficiais de Justiça da Assojubs, os trabalhadores de Santos, a

comarca da região que possui o maior número de servidores na função, dividiu o trabalho em comissões para viabilizar o mapa com zoneamento das áreas. Com encontros quase cotidianos, houve um desmembramento em subcomissões para acelerar o processo.

Entre esse trabalho quase diário da comissão de oficiais de justiça, sempre nas dependências da Assojubs, houve uma reunião com a juíza diretora do Fórum de Santos, Thatyana Antonelli Marcelino Brabo, em 16 de abril, que recebeu as demandas e deliberações do encontro de 8 de abril sobre a implementação da Central de Mandados.

Um ofício foi entregue para a juíza com três solicitações: 1) adiamento da implementação das Centrais, para organização e preparação da mudança na forma de trabalho; 2) que o treinamento presencial nas comarcas fosse estendido a todos os oficiais de justiça e não apenas para um determinado número de servidores, como divulgado no Diário da Justiça Eletrônico (DJE);, 3) extinção do “Comarcão”.

Apesar dos argumentos da Comissão de Santos, nos quais a preocupação

principal é para que a Central “dê certo”, Brabo explicou que o ofício seria encaminhado ao Tribunal de Justiça, pois não possui a competência para definir a solicitação dos oficiais de justiça, mas adiantou que a determinação veio da Presidência e deveria ser cumprida: “Toda mudança gera medo, por isso é melhor enfrentar de uma vez já que vai acontecer de qualquer jeito”.

Sobre o local para a Central, a juíza disse que há esse espaço, sito à Rua Dom Pedro, uma sala única que comporta estrutura elétrica para a instalação dos computadores e capacidade para as 60 máquinas necessárias.

Esse espaço ainda abrigará as varas regionais da 7ª Região Administrativa Judiciária (RAJ), que contempla 18 comarcas. Segundo Brabo, está acordada a locação, faltando apenas a assinatura do contrato, o que gera a dependência de estar apta para uso no dia da implementação da Central de Mandados na Comarca, em 27 de maio.

Na sequência, mais duas reuniões foram conduzidas pelo Núcleo no Salão do Júri do Fórum de Santos. Na última, em 6 de maio, específica para os oficiais de

justiça da Comarca, o foco principal da discussão foi a apresentação do mapeamento necessário para a implementação da Central de Mandados, realizada pelos servidores que formam a Comissão - e suas subcomissões - de estudo a respeito do assunto e o zoneamento por área, a definição da atuação dos trabalhadores por bairros.

Após mais de 100 horas de trabalho, a Comissão chegou a um consenso da maioria, zoneando Santos em cinco áreas, dividido pelo número de habitantes e quantidade de oficiais de justiça. Essa questão, depois de um intenso debate, também definiu o critério para desempate na opção de área.

Algumas das propostas aprovadas: 1) assinatura do ponto duas vezes por semana; 2) inicialmente, 20 oficiais de justiça por plantão diário na Central de Mandados; 3) horário do plantão presencial: das 14 às 19 horas.

A discussão segue no dia 20 de maio, segunda-feira, às 9 horas, no Salão do Júri do Fórum de Santos. Acompanhe o debate sobre a implementação da Central no site da associação: www.assojubs.org.br.

Iamspe

Em defesa do Instituto: Audiência Pública é realizada na Alesp

No intuito de promover a discussão a respeito dos principais problemas e do engajamento em defesa do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual, dia 10 de abril, no Plenário Paulo Kobayashi da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), foi realizada a Audiência Pública Sobre o Iamspe e Parcerias Público-Privadas (PPPs).

O emprego da PPP no Iamspe é um projeto do governador Geraldo Alckmin (PSDB), cujo intuito é passar a administração do Hospital do Servidor Público Estadual - Francisco Morato de Oliveira (HSPE), pertencente ao Instituto, para a iniciativa privada como meio de captação de recursos na forma de investimentos.

A Assojubs - representada por Alexandre dos Santos (presidente), Luiz Milito (vice-presidente), Rosângela dos Santos (secretária geral), Michel Iorio Gonçalves (1º secretário), Sylvio Realle (diretor de Tesouraria), Gisele Alonso (membro do Conselho Fiscal) e a associada Valdirene Dias de Souza - esteve presente à Audiência Pública, uma iniciativa da Frente Parlamentar em Defesa do Iamspe, sob a coordenação do deputado Marcos Martins (PT), presidente da Comissão de Saúde da Alesp.

Os parlamentares participantes da Audiência foram Carlos Giannazi (PSOL), Olímpio Gomes (PDT), Luis Cláudio Marcolino, Marco Aurélio de Souza, Antônio Mentor, João Paulo Rillo e Ana do Carmo (todos do PT), Alcides Amazonas e Leci Brandão (ambos do PC do B) e Ulysses Tassinari (PV).

Entre as diversas representatividades do funcionalismo, muita positividade e disposição de luta contra a privatização e PPPs. “Saúde é um coisa que nos une de forma ímpar, entrou na pauta de todos”, argumentou o presidente da Comissão Consultiva Mista do Iamspe, Sylvio Micelli, agradecendo a presença



Diversas representatividades do funcionalismo, entre elas a Assojubs, lotaram o Plenário Paulo Kobayashi da Alesp para a Audiência Pública Sobre o Iamspe e PPPs

dos servidores presentes, vindos de diversos locais do Estado.

“Sabemos o que será melhor para nós. Primeiramente, sermos deliberativos, ter poder decisório. E, segundo, ver a cor do dinheiro, receber a contrapartida do Governo do Estado, pois são décadas de sonogação”, argumentou Guilherme Nascimento, coordenador do Litoral da CCM Iamspe e presiden-

te do Capesp, lembrando a ausência da contribuição paritária do Executivo.

Milito, o vice-presidente da Assojubs, em sua fala como representante do Judiciário, convocou os servidores a mostrarem sua força: “O TJ também tem a responsabilidade de cobrar do governo que faça sua parte. E nós devemos estar presentes na luta, pois temos condições de reverter essa situação”.

Ato conjunto promove protesto contra projeto de PPP no Hospital do Servidor

Em mais um protesto contra a ideia do governador Geraldo Alckmin (PSDB) de passar a administração do Hospital do Servidor Público Estadual (HSPE) para uma Parceria Público-Privada (PPP), em 26 de abril, na Capital, os manifestantes ressaltaram seu descontentamento ao projeto do Executivo.

O ato público, em conjunto com diferentes entidades representativas do funcionalismo público estadual, aconteceu na parte da manhã em frente ao HSPE, que fica no bairro Ibirapuera. Reunindo cerca de 200 presentes - entre eles a Assojubs -, a manifestação registrou a denúncia feita pelos servidores do hospital a respeito da intenção do Governo do Estado de privatizar a unidade de atendimento à saúde do funcionalismo estadual.

O presidente da Comissão Consultiva Mista (CCM) do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual

(Iamspe), Sylvio Micelli, falou, durante o protesto, sobre a manobra do Governo para entregar o Iamspe à iniciativa privada, lembrando que são os servidores públicos estaduais que mantêm o Instituto, com a contribuição compulsória de 2% em seus holerites, pois a contrapartida do Estado não é feita.

Justamente por serem os responsáveis por manter o Iamspe e agora que ele vem conseguindo se recuperar, após décadas de descaso do Governo, o presidente da CCM reforçou o posicionamento da categoria, que é contrária a qualquer modalidade de administração que não a pública.

O protesto em defesa do Iamspe promoveu uma Assembleia de esclarecimento sobre a PPP e a reforma do HSPE. A Assojubs esteve representada por Alexandre dos Santos, presidente, Luiz Milito, vice-presidente, Rosângela dos Santos, secretária geral, e Sylvio Realle, diretor de Tesouraria.

Eleições na Comissão Santos-Litoral Sul e CCM

No mês de fevereiro, dia 22, na Assojubs Santos, foi realizada a eleição dos membros para compor a Comissão Santos-Litoral Sul, biênio 2013/2014, da Comissão Consultiva Mista (CCM) do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (Iamspe).

Na votação, por aclamação, a Diretoria ficou assim composta: presidente - Enio P. de Almeida (Capesp), vice-presidente - Rosângela dos Santos (Assojubs), secretária - Neyde S. Nascimento (Apampesp), 1ª suplente - Viridiana Amaral Coelho (Udemo) e 2ª suplente - Sonia Maciel (Apeoesp).

E na sequência, dia 28, foi a vez da plenária de entidades constituintes da CCM Iamspe, também por aclamação, manter o atual grupo que dirige e coordena os trabalhos. O jornalista Sylvio Micelli (vice-presidente e diretor de Comunicação da Assetj) foi reeleito pela quarta vez e exercerá o cargo no período 2013/2015. Ao seu lado atuarão José Luiz Moreno Prado Leite (Comissão Municipal de Tremembé e Apeoesp) e João Elisio Fonseca (Aspal), respectivamente 1º e 2º vice-presidentes.

A CCM Iamspe é um órgão consultivo que reúne cerca de 80 representações do funcionalismo público estadual, além de várias comissões regionais e municipais, que se encontram mensalmente para interagir com as ações administrativas e discutir propostas de melhoria para o Iamspe.

Também foram reeleitos para compor as coordenadorias de apoio à Mesa Diretora: Capital - Célia Regina Palma Martins (Afalesp) e Maria da Guarda Rocha (Sindsaúde); Grande São Paulo - Maria Antonia de Oliveira Vedovato (Apase) e Rosalina Chinone (Udemo); Interior - Idenilde de Almeida Conceição (Comissão Regional de Bauru e Apeoesp) e Luiz da Silva Filho (Comissão Municipal de Presidente Venceslau e Sifuspesp); Litoral - Guilherme Coelho de Souza Nascimento (Capesp) e Jupyra Dias de Campos Junqueira (Comissão Municipal de Caraguatatuba e CPP).

Esportes e Lazer

VII Festival de Vôlei de Praia Assojubs

Iniciando as atividades esportivas de 2013 da associação, foi realizado no dia 16 de março, na barraca de praia, o VII Festival de Vôlei de Praia Assojubs - Duplas Mistas e Masculinas.

Nas disputas mistas, vitória da dupla formada pela dependente Yeda e o convidado Alexandre ao superar, por 2 sets a 0, a parceria do sócio Douglas e a convidada Lélia. O 3º lugar ficou com Claudinéia, oficial de justiça da Comarca de Cubatão, e o convidado Mário.

Já na final de duplas masculina, o sócio Douglas e o convidado Igor garantiram o título, por 2 sets a 1, sobre o associado Edvaldo, oficial de justiça da Comarca de Santos, e o convidado Helder. O 3º lugar



O sócio Douglas e Igor garantiram o título no masculino; a dependente Yeda e Alexandre venceram as disputas mistas

foi do associado Robson, oficial de Justiça da Comarca de Santos, e Mário.

No decorrer do Festival, foi servido aos participantes e convidados um churrasco de confraternização. A entrega da

premiação, com troféus para as três primeiras colocações das disputas mistas e masculinas e medalhas a todos os jogadores, aconteceu ao final das partidas. A realização do evento contou com a

parceria da Triunfo Esportes (responsável pela arbitragem e coordenação das partidas) e da Escolinha de Vôlei Bernardino (EVB), que confeccionou as camisas.

Boteco Chic Assojubs: diversão com o stand up musical

No dia 19 de abril, na sede santista da associação, a diversão ficou por conta do Boteco Chic Assojubs, um stand up musical com a apresentação de 2 + 1 Shows, que reuniu a categoria judiciária, seus familiares e convidados. Com um repertório que mesclou música, show e entretenimento, a atração agitou a noite e animou o público presente ao evento, que deu o pontapé inicial às promoções sociais.



Fórum de Santos

Segue até 7 de junho a exposição de quadros "Arte e Vida"

Aos interessados, segue até 7 de junho no Fórum da Comarca de Santos a exposição de quadros denominada "Arte e Vida" da artista plástica Nair Vasques Filgueiras - mãe do associado Paulo Afonso Filgueiras Júnior. O local é o setor de embasamento do prédio Central (corredor de acesso ao banco), que fica na Pça. José Bonifácio s/n, Centro.



EM ILHABELA E CARAGUATATUBA

Aluguel - DIÁRIAS, FINS DE SEMANA E FERIADOS

Condições especiais para a associados da Assojubs

- ✓ Pousada
- ✓ Chalé
- ✓ Casa

Tratar com Renato (Rato): (12) 7818-4599 - ID: 125*100781

Colônias de Férias e Hotéis conveniados

Pargos Club do Brasil (diferentes localidades)



Centro de Lazer Capesp (Mongaguá)



Colônia de Férias dos Conferentes de Carga e Descarga de Santos (Campo Limpo Paulista)

Senac Hotel Escola (São Pedro)



Agência de Turismo conveniada



LF Viagens & Turismo

Senac Hotel Escola (Campos do Jordão)



Todo associado titular recebe Osan

Aos associados da Assojubs, um lembrete! Todos os titulares, assim que se tornam sócios da entidade, recebem a carteirinha do Plano de Assistência Osan que, além do respaldo do serviço funerário, disponibiliza descontos em consultas e exames, muitas vezes um

índice que chega a 50%.

E é possível a inserção de dependentes, o valor por cada adicional é de R\$ 5,00. Para saber a rede de médicos e clínicas credenciadas, é só ligar na Adcon pelo 3569-1650 ou na Osan pelo 3228-8000.

Confira a programação!

3 DE AGOSTO

II Festival de Futsal Kids Jubs
Sub 7, sub 9, sub 11, sub 13 e sub 15
Com inscrições a partir de julho

31 DE AGOSTO

Feijoada Jubs
Das 13 às 17 horas



Na Assojubs Santos
8 de junho das 9 às 13h

Workshop de

Oratória

Ferramentas práticas para aprimorar a comunicação no dia a dia



Objetivo

Conhecer e desenvolver técnicas e habilidades de comunicação que vão ajudar nos relacionamentos pessoais e nas atividades profissionais

Conteúdo

O convencimento e a argumentação; voz, gestos e conteúdo em harmonia (congruência); importância de didatizar as informações

Metodologia

Demonstração e contextualização dos principais pontos teóricos, exercícios práticos, dinâmica para desenvolver a percepção e filmagens dos participantes

Informações sobre valores na Assojubs

Sede Santos (13) 3223-2377



Clube de Campo
Assojubs Em Pedro de Toledo

Valores - associados

R\$ 60,00 diária (c/ pernoite) - 4 pessoas

R\$ 12,00 o ingresso por associado (ou dependente) para um dia de lazer

Aluguel para eventos - associados

R\$ 700,00 por dia (c/ pernoite) - até 35 pessoas

R\$ 1.500,00 (s/ pernoite) - até 150 pessoas

R\$ 2.000,00 (s/ pernoite) - até 200 pessoas

Reserve já! Entre em contato com a Secretária no (13) 3223-2377



Casa Januário
enoteca & empório

Produtos nacionais e importados
Vinhos - Queijos
Azeites - Bacalhau

www.casajanuario.com.br

R. General Câmara, 103, Centro, Santos/SP

CEP 11010-121 / Tel.: (13) 3219.2080